

Feminismo popular organizado para reeleger Lula presidente

Marcha Mundial das Mulheres, agosto de 2026



As mulheres sabem que essa não é uma eleição qualquer, nem para o povo brasileiro, nem para a América Latina e Caribe.

Com esperança combativa e a firmeza de quem nunca saiu das ruas, nós, mulheres organizadas na Marcha Mundial das Mulheres, afirmamos nosso compromisso com a reeleição de Luiz Inácio Lula da Silva. Queremos um país soberano, democrático e feminista.

As mudanças na vida das mulheres passam pelas eleições. Lula retomou políticas públicas fundamentais para as mulheres: a recriação do Ministério das Mulheres, a reconstrução de uma agenda integral de enfrentamento às violências contra as mulheres e ao feminicídio, a construção da Política Nacional de Cuidados. Essas são conquistas de décadas de luta do movimento organizado de mulheres.

Queremos reeleger Lula para dar muitos passos além. Um deles é construir o Sistema Nacional de Política para as Mulheres, para que sejam política de Estado, e não apenas de governo.

Precisamos de um governo que enfrente o imperialismo e crie as condições para que nossa soberania não seja apenas um discurso.

Estamos com Lula porque sabemos que essa eleição define as condições da nossa luta. Enfrentamos a misoginia e batalhamos em cada lugar para a implementação de políticas e serviços públicos. Com Lula, apostamos em um novo patamar de ampliação de direitos e na construção de um projeto de país popular e solidário, com soberania e democracia.

Derrotar a extrema direita nessas eleições significa barrar os retrocessos, a violência e a destruição do Estado. O projeto da extrema direita é contra a vida das mulheres. Eles nos querem caladas, trabalhando sem parar em empregos precários e fora da participação política. Não é só no Brasil: vemos essa política avançar na Colômbia, na Argentina, no Peru e em outros países da América Latina, Caribe e também da Europa numa tentativa de subordinar todo o mundo aos Estados Unidos.

A soberania pela qual lutamos precisa de uma democracia real, com participação popular, mulheres em todos os espaços de decisão, enfrentamento ao racismo, ao patriarcado, LGBTfobia, e ao poder das empresas transnacionais. Com um governo democrático, seguiremos lutando por três eixos estratégicos: a centralidade do trabalho e do cuidado para sustentar a economia e a vida, o enfrentamento à violência contra as mulheres e a soberania e defesa dos territórios.



Nosso trabalho sustenta a economia: por políticas de trabalho e de cuidado que construam a igualdade

A divisão sexual e racial do trabalho é estruturante da exploração do trabalho, base da acumulação capitalista. O trabalho das mulheres de garantir a reprodução da vida é feito de maneira gratuita ou muito precária. Com a economia feminista, nossa proposta é que o cuidado seja um direito e responsabilidade do Estado, e que a sustentabilidade da vida seja um objetivo da política econômica. A autonomia econômica das mulheres é condição para a igualdade e para uma vida livre de violência.

A maior parte das mulheres trabalhadoras está na economia informal, sem direitos trabalhistas nem proteção social garantida. Por isso, a valorização do salário-mínimo é fundamental: ele é a referência de renda da maior parte das mulheres, que recebe até dois salários-mínimos.

Contra a especulação do capital financeiro, apostamos na economia real, no cuidado e na satisfação das necessidades da vida da população como eixo da transformação da economia.

Avançamos muito no governo Lula: conquistamos a Política Nacional de Cuidados, inédita na história do país; a construção de lavanderias populares e espaços comunitários de cuidado; a valorização do salário-mínimo acima da inflação.

Mas é preciso avançar ainda mais. Seguimos lutando para:

- Enfrentar o capital financeiro, as privatizações e a financeirização da natureza;
- Garantir orçamento para fazer da Política Nacional de Cuidados uma política universal, eixo da política econômica. É preciso ir além de projetos piloto e integrar as diversas áreas com ênfase na saúde, educação e assistência social;
- Universalizar as creches em tempo integral e garantir que a educação básica também seja em tempo integral: sem isso, não há autonomia possível para as mulheres que trabalham e cuidam sozinhas de suas famílias;
- Defender o financiamento público articulado entre as políticas sociais, garantindo lavanderias e restaurantes populares, cozinhas coletivas e centros de convivência para pessoas idosas em todos os territórios, priorizando municípios menores, periferias urbanas e comunidades do campo, das florestas e das águas;
- Criar e fortalecer políticas de reparação histórica e direito ao território para população negra, indígena, do campo, florestas e águas, como a demarcação de territórios quilombolas, indígenas e tradicionais, a reforma agrária e urbana popular e feminista;
- Garantir direitos e acessos plenos para mulheres LBTs (lésbicas, bissexuais, travestis e transsexuais) com ações afirmativas de forma transversal e explicitada em todas as políticas de Estado: geração de trabalho e renda, cuidados, saúde integral, educação inclusiva e permanência, moradia digna e seguridade social;
- Fortalecer a economia solidária e feminista, com apoio e investimento aos empreendimentos e iniciativas das mulheres como feiras, espaços e circuitos de comercialização (incluindo digitais), hortas comunitárias, cozinhas solidárias, cooperativas e associações;
- Fortalecer a agricultura familiar e camponesa e a agroecologia como estratégia para a soberania alimentar, com investimento na organização produtiva das mulheres agricultoras, na mecanização para reduzir a penosidade do trabalho, no enfrentamento ao uso de agrotóxicos;
- Garantir o direito à cidade, acesso universal e melhorias nos serviços públicos em todos os municípios como transporte, saúde e moradia digna.



Enfrentar as violências e promover a autonomia das mulheres

A violência contra as mulheres e a misoginia são ferramenta de controle dos nossos corpos, da nossa sexualidade e do nosso trabalho. O conservadorismo tem como alvo principal a autonomia das mulheres.

Reconhecemos avanços importantes: a reconstrução institucional do Ministério das Mulheres, a retomada das políticas públicas integradas de combate à violência, os avanços no enfrentamento à violência doméstica e ao feminicídio no âmbito federal, a contenção das tentativas legislativas de criminalizar o aborto legal.

Seguimos lutando para:

- Ampliar a rede pública de enfrentamento à violência contra mulheres, adolescentes, meninas e crianças, com prioridade para municípios menores, áreas rurais, territórios indígenas, quilombolas, tradicionais e periferias urbanas historicamente desassistidas;
- Enfrentar a violência de Estado contra mulheres negras, indígenas e periféricas, com responsabilização e punição dos agentes públicos envolvidos;
- Enfrentar as violências contra mulheres LBTs, combater o lesbocídio (assassinato de mulheres lésbicas), o transfeminicídio (assassinato de mulheres transsexuais e travestis) e o estupro corretivo, violências que seguem invisibilizadas nas políticas públicas;
- Descriminalizar e garantir o direito ao aborto legal, seguro e gratuito para as mulheres e todas as pessoas que gestam pelo Sistema Único de Saúde (SUS);
- Defender o Estado laico, impedindo que dogmas religiosos definam políticas públicas de saúde da mulher;
- Criar e fortalecer mecanismos de combate à violência política contra as mulheres, assegurando sua participação política.



Nossa soberania não se negocia: por um Brasil que defende seus territórios, seu povo e seu futuro

Os Estados Unidos deixaram explícito que usarão todos os métodos para dominar o nosso continente: ameaças, invasões, taxações e ataques do imperialismo estadunidense a Cuba, à Venezuela e ao Haiti, assim como à Palestina e outros territórios do mundo árabe.

Isso tudo também se relaciona com a violência do capital, das empresas transnacionais e do agronegócio nas áreas rurais e territórios quilombolas e indígenas, em busca de explorar nossa biodiversidade, minerais estratégicos e terras raras, sem os quais a economia de guerra do imperialismo não se sustenta. A militarização e violência policial nas periferias urbanas são instrumentos do mesmo sistema e atinge principalmente a juventude negra e pobre.

Defendemos um país que cuide de seus bens comuns com responsabilidade social e ambiental, que fortaleça a agroecologia, respeite os territórios dos povos indígenas e tradicionais e coloque a vida acima do lucro.

Seguimos lutando por:

- Enfrentar o poder das bigtechs (grandes empresas de tecnologia) sobre a nossa comunicação e as infraestruturas da nossa vida. É preciso criar condições para a nossa soberania digital, para que os dados da população e do território brasileiro sirvam ao nosso projeto de país, e não à nova fase de acumulação capitalista dirigida pelas bigtechs. Que as mulheres sejam sujeitos do desenvolvimento científico e tecnológico, incluindo da inteligência artificial, para que ele sirva ao povo e à nossa diversidade;
- Interromper a importação de armas e o uso de tecnologia israelense de identificação, e aumentar a pressão diplomática pelo fim do genocídio do povo palestino;
- Reorganizar a segurança pública e pôr fim imediato às operações policiais de extermínio nas favelas e periferias, com responsabilização criminal dos agentes envolvidos;
- Enfrentar a militarização das escolas públicas, garantir educação libertadora, não sexista e antirracista, criar mecanismos de monitoramento da aplicação desse compromisso pelas escolas, e reverter a gestão de escolas públicas por militares.

Nossa soberania passa pelo controle popular da terra e dos territórios. Nosso governo não pode abrir mão de avançar na reforma agrária popular, na demarcação de terras indígenas e territórios quilombolas.

Lutamos por soberania energética! Precisamos revisar o modelo de implantação de complexos eólicos e solares, com participação das comunidades e avaliação real de impactos. Também apoiamos a criação de programas de tetos solares populares, com energia descentralizada, produzida para e pelas comunidades, não para exportação.

Estamos organizadas e em luta para reeleger Lula presidente e formar um Congresso Nacional com deputadas e deputados, senadoras e senadores aliados das mulheres e do povo brasileiro.

Queremos mudar o mundo e mudar a vida das mulheres. Nosso horizonte é a superação do capitalismo racista e patriarcal e a transformação profunda da sociedade.